

AS CONTRADIÇÕES DAS POLÍTICAS DE EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL PÓS-2003

Líllian Franciele Silva Ferreira¹
Vanessa Sátiro dos Santos²
Vanessa Maria Costa Bezerra Silva³
Keity Elen da Silva Melo⁴

RESUMO

Este estudo teve por objetivo revelar as contradições presentes na oferta de Políticas Públicas para o Ensino Superior, tendo como objeto de investigação o documento “Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012”, com destaque os programas: PROUNI e REUNI, além de algumas diretrizes e metas das principais políticas desenvolvidas durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), passando pela gestão de Dilma Rousseff (2011-2016) até o Governo Temer (2016-2018). Para isso realizamos uma pesquisa bibliográfica e documental, em que utilizamos como base os estudos de Saviani (2008), Frigotto (2010) e Diógenes (2014). A problemática central refere-se a: Quais horizontes se colocam como possibilidade de reverter o processo de privatização da educação, mais especificamente do ensino superior? Visto que, consideramos importante desvelar as contradições implicadas no processo de oferta de políticas públicas, fortalecendo a importância de maior participação da sociedade civil na defesa do ensino superior, público, gratuito e de qualidade para todos.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Ensino Superior, PROUNI, REUNI.

INTRODUÇÃO

A interferência dos organismos internacionais, mais precisamente do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial (BM) e da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) nas políticas educacionais no Brasil, inclusive as que são direcionadas ao ensino superior, é visível há algum tempo no contexto do país. Dessa forma, as políticas públicas vêm sendo redirecionada para atender as

¹ Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), lillian.ferreira1@gmail.com;

² Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), vanessasatiro82@gmail.com;

³ Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, vanessacosta.ufal@gmail.com;

⁴ Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, keityemelo@gmail.com;

demandas desses órgãos, com mais intensidade, desde o período de redemocratização do Estado brasileiro a partir dos anos de 1990.

Ao adentrarmos no campo da análise de política públicas, se faz necessário compreendermos qual o papel do Estado, para tanto, precisamos informar de que Estado estamos falando e entender as relações que se fundam dentro da sociedade capitalista, onde o Estado tem tomado características mínimas, abrindo espaço para a iniciativa privada e fortalecendo o projeto neoliberal de sociedade. Contudo, salientamos que diante de tantos estudos já levantados acerca do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades (REUNI) e do Programa Universidade para Todos (PROUNI), os quais são direcionados ao ensino superior, consideramos importante analisá-los sob a perspectiva de desvelar quais horizontes devemos tomar para que a educação superior pública e de qualidade seja tomada pelos governantes como a melhor opção para os jovens brasileiros.

Pretendemos assim, destacar o caráter do Estado como fomentador de políticas públicas educacionais que buscou expandir o ensino superior no Brasil por meio de programas de ampliação de vagas nas instituições públicas e privadas. Saviani (2010, p.11) apresenta alguns dados relevantes para a temática aqui abordada: “[...] em 1996 nós tínhamos 922 instituições de nível superior, sendo 211 públicas (23%) e 711 privadas (77%). Em 2005 o número total das instituições se elevou para 2.165 com 231 públicas (10,7%) e 1.934 privadas (89,3%)”.

Com base nesses dados e nos programas implementados entre os governos de Lula da Silva (2003-2011) a Michel Temer (2016-2018), buscamos responder aos seguintes questionamentos: Qual o Papel do Estado na oferta de Políticas Públicas para o Ensino Superior? Como se fundamentou a relação entre o público e o privado na esfera educacional? Quais contradições se revelam na oferta de políticas públicas para o ensino superior? Trataremos de revelar as contradições que emergem no governo do PT, quando se investe em Universidades Federais, promovendo a expansão de vagas, criação de novos campi, com o Programa do REUNI, ao mesmo tempo em que não se rompe com o estímulo à iniciativa privada.

Dessa forma, o objetivo desse estudo foi analisar as relações e as contradições que se fundam na oferta de políticas públicas para o ensino superior, tendo como foco o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) na presidência da república, passando pela gestão de Dilma Rousseff (2011-2016) até a de Michel Temer (2016-2018). Tivemos como objeto de investigação os princípios, as diretrizes e as metas das principais políticas desenvolvidas pela gestão do Partido dos Trabalhadores (PT), fundamentado num projeto

de sociedade pautado na social democracia, mas trazendo marcas do modelo neoliberal, visto que o governo do PT prosseguiu com a implementação de políticas públicas educacionais que visaram dar continuidade ao projeto de Estado da gestão anterior ao seu mandato.

METODOLOGIA

O caminho metodológico abordado nesse estudo foi realizado na perspectiva da pesquisa bibliográfica e documental. Conforme Lima e Miotto (2007, p. 38), “[...] a pesquisa bibliográfica implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório”. Entretanto, a pesquisa bibliográfica não é a mesma coisa que a revisão de literatura. Essa última, é considerada como elemento indispensável para a realização de qualquer pesquisa, pois através da revisão de literatura é possível ter acesso às pesquisas já realizadas.

Ao realizar a pesquisa bibliográfica também constatamos a necessidade de fazer uma pesquisa documental, a fim de analisar os documentos relacionados a expansão do ensino superior, visto que, “[...] a análise documental pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 38). No que concerne a análise qualitativa, Moraes (2003, p. 1) enfatiza que essa “[...] pretende aprofundar a compreensão dos fenômenos que investiga a partir de uma análise rigorosa e criteriosa desse tipo de informação; a intenção é a compreensão”.

Nos utilizamos da abordagem qualitativa, por considerarmos que esta possibilita melhores caminhos para o uso da dialética como método de investigação, no entanto, também nos apoiamos em alguns dados quantitativos, entendendo que será fundamental estabelecer relações entre as abordagens qualitativas e quantitativas em alguns momentos. Sobre a dialética Löwy (1975, p. 16) diz que “significa a percepção da realidade social como um todo orgânico, estruturado, no qual não se pode entender um elemento, um aspecto, uma dimensão, sem perder a sua relação com o conjunto”, portanto, o objeto deve ser compreendido em sua totalidade, por meio da revelação de suas contradições.

Segundo Lakatos e Marconi (1992, p. 44) “permite compreender que, se de um lado a resolução de um problema pode ser obtida através dela, por outro, tanto a pesquisa de laboratório quanto a de campo (documentação direta) exigem, como premissa, o levantamento do estudo da questão que se propõe a analisar e solucionar”. Com isso, a pesquisa bibliográfica caracteriza-se como um método intrínseco ao cotidiano dos

pesquisadores, por ser uma das tarefas essenciais para o aprendizado e amadurecimento na área do estudo temático.

Metodologicamente, o artigo está dividido em três tópicos, são eles: 1) Políticas Públicas: do governo Lula, Dilma até o governo de Michel Temer; 2) As Políticas Públicas e sua relação com o Estado; e as 3) Considerações finais.

POLÍTICAS PÚBLICAS: DO GOVERNO LULA E DILMA ATÉ O GOVERNO DE MICHEL TEMER

Desde a década de 1990, como parte do projeto neoliberal de sociedade, as políticas públicas educacionais voltaram-se para atender as demandas do projeto de neoliberalização que se intensifica com a redemocratização do Estado brasileiro. As medidas desse modelo visaram efetivar modelos que são impostos de fora para dentro do Brasil, a fim de esse se alinhe às políticas internacionais.

Com a conquista das eleições presidenciais de 2002 do candidato à presidência da república Luiz Inácio Lula da Silva, numa perspectiva de esquerda ao meio político, econômico e social do governo anterior, provocou uma grande expectativa de mudanças nas políticas educacionais que predominavam no governo num aspecto neoliberal apenas para atender aos interesses do mercado capitalista.

Nessa perspectiva, o governo de Lula da Silva (2003 - 2010) trouxe algumas mudanças para as políticas públicas do ensino superior no Brasil, que começaram a ser construídas a partir da discussão sobre dois temas principais: a avaliação das universidades, presente com a criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes); e a expansão da educação superior, visando à reestruturação, desenvolvimento e democratização das Instituições Federais do Ensino Superior (IFES).

Em relação ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes (2004) a análise dar-se-á a partir dos três componentes principais, que são: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes, expandindo a dimensão avaliativa e incorporando diversos instrumentos complementares como a auto avaliação das instituições, a avaliação externa, envolto dos três eixos principais das universidades: o ensino, a pesquisa, a extensão.

Com isso, no ensino superior, a proposta neoliberal no governo brasileiro agravou a situação das universidades públicas no Brasil a partir do tal chamado “sucateamento” das

universidades, juntamente com o crescimento das faculdades privadas. O governo Lula, pautado na social democracia, adotou diversas medidas para o ensino superior, como aponta o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE):

No tocante à educação superior, o PDE define os seguintes princípios complementares entre si: I) expansão da oferta de vagas; II) garantia de qualidade; III) promoção de inclusão social pela educação; IV) ordenamento territorial, levando o ensino superior às regiões mais remotas e V) fortalecer o desenvolvimento econômico, seja como formadora de recursos humanos altamente qualificados, seja na produção científico-tecnológica. As principais ações, além das vagas de demanda social da UAB, são o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI e o Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. O Plano Nacional de Assistência Estudantil é apresentado como instrumento de consolidação do REUNI, visando garantir condições de apoio à presença do estudante nas universidades, especialmente aqueles mais carentes. Ainda no âmbito da educação superior, o PDE destaca o Programa Universidade para Todos – PROUNI e o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES. (DANTAS; SOUZA JÚNIOR, 2009, p.8)

Essas medidas fomentaram a ampliação de vagas tanto na esfera pública, quanto na esfera privada, pois, este governo não rompeu com a lógica privatista da educação superior, como afirmam Michelotto, Coelho e Zainko (2006, p.16):

As propostas de “expansão” não se limitaram, porém, às criações de novas universidades públicas e novos “campi”, a partir do mesmo modelo de estrutura organizacional que já se mostrou inadequado em função das novas demandas, mas incluem também a ampliação do acesso nas instituições privadas por meio do PROUNI. Mediante renúncia fiscal, as instituições privadas oferecem bolsas para alunos carentes.

Em 2003 e com previsão para conclusão em 2012, o governo cria o REUNI, esse programa se constitui num projeto que integra o PDE, com ele, uma série de medidas foram levantadas, criando condições para que as Universidades Federais promovam a expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de educação superior. Nesse contexto nasce o PROUNI, que significa a oferta de bolsas de estudos, tanto parcial quanto integral, que foi criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005, oferecendo, em contrapartida, a isenção de tributos àquelas instituições que aderiram ao Programa.

Com a proposta de expandir o ensino público no ano de 2005, o governo federal afirmou que:

Está investindo R\$ 712,8 milhões para expandir e interiorizar o ensino superior público no Brasil. Parte dos recursos (R\$ 192 milhões) foi repassada em 2005 às instituições federais de ensino superior (Ifes). Em

2006 e 2007, serão mais R\$ 520 milhões. São recursos para construção de novos prédios, compra de equipamentos e mobiliários, reforma e adequação de campi, principalmente no interior do país.

Os dados disponibilizados pelo MEC que se referem ao REUNI, datam de 2010 e demonstram, quantitativamente, o alcance do projeto de expandir as universidades, afirmando que desde o início da expansão foram criadas 14 novas universidades e mais de 100 novos campi que possibilitaram a ampliação de vagas e a criação de novos cursos de graduação.

O documento *Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012*, faz um panorama sobre a expansão do ensino superior, se fundamentando na ideia de que “[...] a elitização do acesso à educação superior passou a ser fortemente questionada e apontada como uma das formas de exclusão social” (BRASÍLIA, 2012, p.9). Este documento traz elementos e dados que justificam a expansão do ensino superior, revelando que:

[...]o Reuni é resultante da tentativa do governo de atender às reivindicações e anseios de diversas entidades da sociedade civil pela ampliação de oferta de vagas no ensino superior federal. Dentre as entidades destacam-se a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), por meio da Proposta de Expansão e Modernização do Sistema Público Federal de Ensino Superior; o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN); a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Universidades Públicas Brasileiras (Fasubra); e a União Nacional dos Estudantes (UNE). (BRASÍLIA, 2012, p.10).

Essa ampliação se deu por meio não da ruptura, mas por uma transição que significou uma política de negociação nacional, se concretizando de forma lenta, porém deu continuidade aos elementos do governo anterior, o que configura a ideia de “regulação com concentração social”⁵, em que o papel do Estado é articular políticas sociais.

Com o *impeachment* de Dilma Rousseff (PT), quem ocupou o seu lugar foi seu vice, Michel Temer (PMDB). De acordo com Mancado (2017, p.877) a justificativa do *impeachment* foi que “as classes burguesas assumiram, progressivamente, o seu descontentamento com o programa neoliberal moderado adotado pelo Partido dos Trabalhadores (PT)”, e assim, criou-se um movimento que resultou na retirada da Presidenta Dilma do poder do Estado brasileiro.

⁵ Conceito definido em TAPIA, Jorge. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social: os desafios da construção institucional. In: DINIZ, Eli (org.). Globalização, Estado e Desenvolvimento – Dilemas do Brasil no novo milênio. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2007.

O governo de Michel Temer foi marcado por cortes e vetos em relação aos gastos públicos, como a Emenda Constitucional (EC) nº 95, de 15 de dezembro de 2016, a qual regulamenta a PEC nº 241/2016. A EC 95/2016 congela, por 20 anos, os gastos com serviços públicos. Amaral (2017, p.6) afirma que

É emblemática nessa nova fase a apresentação da Proposta de Emenda à Constituição de número 241 na Câmara dos Deputados e 55 no Senado Federal, que se tornou a EC 95, de 15 de dezembro de 2016. Essa mudança constitucional instituiu um Novo Regime Fiscal (NRF) no país e que prevalecerá, inicialmente, por 20 anos, portanto, até 2036, que congelará as despesas primárias e liberará os pagamentos relativos ao mercado financeiro. Estarão, portanto, limitadas as possibilidades da implementação de novas políticas públicas que objetivem diminuir a enorme desigualdade brasileira.

O grupo político que encaminhou o processo de *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff foi o mesmo grupo que gerenciou o país no período de 1995 até 2002. Esse grupo nunca teve como prioridade a educação pública do país, visto que foram os grupos que implementaram, na década de 1990, a agenda neoliberal de privatizações. Amaral (2017, p.23) ainda coloca que

Portanto, tudo indica que o orçamento de 2018 terá as mesmas características do de 2017: reajuste abaixo da inflação para a área social e elevação no pagamento de juros, encargos e amortização das dívidas interna e externa. Um novo governo que assumirá a presidência em 2019 encontrará um orçamento construído e aprovado pelo grupo atual e, independentemente de qual linha ideológica tenha, terá bons argumentos para iniciar somente no orçamento de 2020 uma reversão do caminho implementado e já estarão transcorridos quase seis anos do PNE (2014-2024).

Essas transformações representam um complexo período de transição que vem ocorrendo na Educação Superior do país desde meados da década de 1990. Conforme Mancebo, Silva Júnior e Schugurensky (2014), as mudanças ocorridas no Ensino Superior passa por três períodos importantes.

A primeira fase refere-se à aderência à globalização, em meados de 1990, e se expressa com o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (BRASIL, 1995). De acordo com Mancebo (2017, p. 883) “no que tange à educação, de um modo bem geral, pode-se afirmar que o Plano Diretor pretendia inserir a educação entre os “serviços competitivos ou não exclusivos do Estado e estabeleceu um novo precedente para as parcerias público-privadas na educação superior brasileira”.

A segunda fase refere-se aos mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) e ao início do governo Lula da Silva (2003-2011). Nesse período, para a educação superior

foram destinadas: “pesquisa aplicada; cursos mais rápidos, inclusive apoiados em novas tecnologias de informação e comunicação; processos avaliativos ou de regulação calcados em resultados [...], uma nova relação entre a universidade e o setor empresarial, que começa a ter curso [...]” Mancebo (2017, p. 883).

A terceira fase destacada por Mancebo, Silva Júnior e Schugurensky (2014), diz respeito à gestão de Lula e Dilma.

Sua principal característica, no entanto, seria a emergência de programas com forte potência de mudança institucional e expansão da educação superior, como o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais — REUNI (BRASIL, 2007), que inaugurou, em larga escala, formas de financiamento por meio de contratos de gestão; o incremento à educação a distância (EAD), em especial com a criação do sistema Universidade Aberta do Brasil — UAB (BRASIL, 2006) e a proliferação de cursos “tecnológicos” nos moldes de community colleges. Especificamente quanto à rede privada, o redimensionamento do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e a generalização das isenções fiscais, previdenciárias e de renúncia fiscal pelo Programa Universidade para Todos – PROUNI (BRASIL, 2005) foram as principais iniciativas, cobertas com fundo público, que podem ser responsabilizadas pela expansão (MANCEBO, *et.al.*, 2016).

Mancebo (2017) acrescenta uma quarta fase, que diz respeito ao momento atual, que para este autor diz respeito à “adaptação” do país à conjuntura de crise internacional. O ciclo de reformas e implementação de políticas educacionais se aprofunda com o governo de Michel Temer, enfraquecendo as políticas voltadas para a educação pública e fortalecendo a esfera privada. Além disso, as quatro fases estão articuladas com os interesses dos organismos internacionais, que determinam o tipo de políticas públicas que serão implementadas no Estado.

AS POLÍTICAS PÚBLICAS E SUA RELAÇÃO COM O ESTADO

A análise de políticas públicas tem estreita relação com o papel do Estado. Este estudo compreende uma reflexão das contradições do projeto social vigente, partindo de uma perspectiva crítica sobre o papel das políticas públicas. Para Diógenes (2014, p. 27) “[...] na literatura especializada sobre a temática existem poucos trabalhos de caráter crítico. Excetuando alguns bons autores que se pretende, a grande maioria limita-se a entender políticas públicas no seu caráter fenomênico. Explica-se mais uma vez: na sua aparência”. Assim, buscaremos revelar quais foram as características do governo Lula e Dilma, com projetos de governo pautados na social democracia que não rompeu com a

lógica de privatizações do ensino superior e também afirmar que no governo Temer, os ataques aos setores públicos se intensificaram aos moldes mais profundos de sucateamento e descaso com o serviço público.

Nesse sentido, apresentamos a concepção de Estado que fundamenta esse estudo, no intuito de desvelar suas características na sociedade capitalista, apontando as contradições que se apresentam na oferta e execução de políticas para a educação, mais especificamente para o ensino superior. Com isso, buscamos responder aos seguintes questionamentos: Qual o Papel do Estado na oferta de Políticas Públicas para o Ensino Superior? Como se fundamentou a relação entre o público e o privado na esfera educacional? Quais contradições se revelam na oferta de políticas públicas para o ensino superior?

A concepção de Estado utilizada é fundamentada no pensamento de Marx, que ao tempo que não elaborou precisamente uma teoria sobre o Estado, como explica Gruppi (1987, p.28), “ele forneceu a teoria fundamental, a partir da qual pode-se construir a teoria do Estado: a estrutura econômica está na base do Próprio Estado”. Para Karl Marx o sistema capitalista possui dimensão contraditória, que se baseia na exploração do homem pelo homem, é um sistema baseado na desigualdade social, em que as relações econômicas visam unicamente o lucro. Nessa forma de organização social e econômica o Estado se manifesta como produto do antagonismo de classes.

Partindo dessa perspectiva, podemos analisar que a gestão do governo do PT na presidência do país não rompeu com o modelo econômico de seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso (1995-2003). Portanto, apresenta semelhanças e continuidades com esse governo, mesmo ampliando as políticas sociais. Uma vez que, de acordo com a proposta do PT, o seu primeiro presidente eleito defendia a combinação entre crescimento econômico, desenvolvimento sustentável e inclusão social, com distribuição de renda, ampliação do emprego, redução da pobreza e promoção da soberania nacional. Entretanto, na prática, o presidente eleito pelo PT optou por dar prosseguimento ao ajuste neoliberal no Estado brasileiro, ao invés de romper com o modelo de Estado que vinha buscando espaço, no Brasil, desde o início dos 1990.

A vitória do PT nas eleições presidenciais de 2002, tendo como representante o candidato Luiz Inácio Lula da Silva e depois com a continuidade do projeto no governo de Dilma Rousseff (2011-2016), possibilitou a criação de diversas políticas sociais, incluindo programas e projetos na esfera educacional, além da expansão do ensino superior. Entretanto, nesse contexto o papel do Estado se diferencia, em termos, do que caracterizou

o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), que foi um governo pautado nas propostas do “Consenso de Washington”⁶, com liberalização da economia, diminuição do papel do Estado, gerando privatizações de órgãos públicos. Assim,

Aprofundaram as graves distorções sociais e educacionais, ainda que tenha propiciado maior acesso ao ensino fundamental, etapa privilegiada da política educacional da era Cardoso. O fim desse governo trouxe a necessidade de aprofundamento do debate sobre a natureza do Estado pós-neoliberal, especialmente, nas condições impostas pela globalização econômica. (DANTAS; SOUZA JÚNIOR, 2009, p.3).

Essa gestão configurou um modelo de política com base na concepção do neoliberalismo, que se fortaleceu no Brasil na década de 1990, mais especificamente com a gestão de Fernando Collor de Mello (1990-1992). As características desse projeto de sociedade ficam especificadas na escrita de (NETO; CAMPOS, 2017 p.1991)

São muitas e evidentes as interpretações, as propostas, as reivindicações que se sintetizam na ideologia neoliberal: reforma do estado; desestatização da economia; privatização das empresas produtivas e lucrativas governamentais; abertura dos mercados; redução dos encargos sociais relativos aos trabalhadores por parte do poder público e das empresas ou corporações privadas; informatização dos processos decisórios produtivos de comercialização e outros; busca da qualidade total; intensificação da produtividade e da lucratividade da empresa ou corporação nacional ou transnacional.

Para entender essa proposta de oferta de políticas públicas é preciso entender a relação dialética entre Estado, sociedade política e sociedade civil, pois como coloca Vasconcelos (2012, p.63) “a sociedade civil tem um papel fundamental quanto ao diálogo na construção da política pública, em especial na área social”. No entanto, é preciso revelar que essas relações estão sempre permeadas de contradições, cabendo ao Estado, na sociedade capitalista, apenas controlar e mediar essas contradições que são próprias dessa sociedade. Para Shiroma (2007, p. 8),

O Estado expressa as formas contraditórias das relações de produção que se instalam na sociedade civil, delas é parte essencial, nelas tem fincada sua origem e são elas em última instância que, historicamente delimitam e determinam suas ações. O Estado, impossibilitado de superar contradições que são constitutivas da sociedade – e dele próprio, portanto

⁶ O Consenso de Washington foi um encontro ocorrido em novembro de 1989, convocado pelo Institute for International Economics, intitulado como *Latin American Adjustment: How Much Has Happened?*, que reuniu funcionários do governo norte-americano e organismos internacionais – Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) - com o objetivo de realizar uma avaliação das políticas econômicas implementadas nos países da região.

– administra-as, suprimindo-as no plano formal, mantendo-as sob controle no plano do real [...].

O PT, ao passo que abriu espaço para a construção de diversas políticas sociais, como REUNI, o PROUNI, o PDE e sancionou o Plano Nacional de Educação-PNE (2014-2024), entre outros, deu continuidade ao projeto neoliberal do governo anterior. Entretanto, a fim de diminuir os prejuízos causados pelas políticas neoliberais, o governo do PT criou diversas políticas compensatórias. Essas políticas são dirigidas para a população pobre, através de acordos firmados BM, FMI, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em articulação com a Organização das Nações Unidas (ONU), a fim de transferir renda direta para as famílias com extrema pobreza ou pobres e diminuir a desigualdade existente no país. Vários países da América Latina firmaram esse acordo e elaboraram programas afim de efetivar essa proposta.

As políticas instituídas no governo do PT não pretenderam romper com a lógica imposta pelos organismos internacionais, isto é, pela lógica do capital. Frigotto (2010, p. 240) esclarece que:

A despeito da continuidade no essencial da política macroeconômica, a conjuntura desta década se diferencia da década de 1990 em diversos aspectos [...] O problema não é a real necessidade de um projeto de desenvolvimento e a adoção de políticas compensatórias ampliadas como travessia. O equívoco está em que elas não se vinculam à radicalidade que está muito além de simplesmente fazer um governo desenvolvimentista sem confrontar as relações sociais dominantes.

O não rompimento com a política macroeconômica, a continuidade no investimento da esfera privada na educação, com a implementação do PROUNI, ao passo que possibilitou a inserção de diversos jovens e adultos em faculdades particulares por meio de subsídios financeiros, como é o FIES – Fundo de Financiamento Estudantil – desvirtuou a possibilidade de investimentos na esfera pública. De fato, o número de jovens e adultos no ensino superior aumentou. Catani, Hey, Giglioli (2006, p.127) destacam que,

O princípio do Prouni segue essa orientação: promove o acesso à educação superior com baixo custo para o governo, isto é, uma engenharia administrativa que equilibra impacto popular, atendimento às demandas do setor privado e regulação das contas do Estado, cumprindo a meta do Plano Nacional de Educação (PNE – Lei nº 10.172/2001) de aumentar a proporção de jovens de 18 a 24 anos matriculados em curso superior para 30% até 2010.

A proposta de acesso ao ensino superior do Governo Lula se revelou inclusiva, entretanto, e como afirma Trópia (2007, p.1) “na luta ideológica e teórica é preciso decifrar os interesses em jogo e os reais alcances das políticas, sob pena de apoiarmos mudanças e

reformas que justamente reforçam e aprofundam as características mais negativas e perversas que se esperava superar”.

A política do governo Lula/Dilma para o ensino superior foi pautada numa aliança com o setor privado, dentro da lógica dos organismos internacionais, sob os ditames do capital financeiro. Portanto, é imprescindível revelar o interesse de classes que se funda nessa política, pois, “no primeiro ano do segundo mandato, o governo Lula intensificou o processo de mudanças no ensino superior, consagrando a visão mercantil, utilitarista e regressiva” (TRÓPIA, 2007, p.8).

Ao se fazer a revisão da literatura sobre o tema da expansão das Universidades no Brasil, pode-se considerar que há muitas pesquisas que têm se preocupado em revelar as principais contradições na proposição de expansão do governo PT como colocam Mancebo, Vale, Martins (2005, p.48) em sua pesquisa sobre a expansão: “*O que fazer* diante desse quadro permanece em aberto, daria vazão a outro texto, a ser escrito, com certeza, por um coletivo muito mais amplo”. Gostaríamos não apenas de revelar essas contradições, mas entendê-las como um projeto de sociedade que se baseou em políticas compensatórias, com gerência de problemas sociais, mas se configurando como Estado mínimo e sob os ditames dos organismos internacionais. Nesse sentido, Macedo (2013, p. 112) revela que “O interesse dos órgãos internacionais junto à intervenção do Estado em ajudar ‘aos carentes’ ocorre, principalmente, pela coação econômica e política, ou seja, implementação de uma ideologia dominante, disfarçada na subjetividade da inclusão”.

Com o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, ocorrido em agosto de 2016, esse caráter privatista do modelo neoliberal fica ainda mais evidente. Conforme Alves (2016, s.p.) “o governo Temer, como governo ilegítimo, adquiriu em 2016 o caráter de governo de transição com uma missão suprema: reestruturar o capitalismo brasileiro de acordo com a agenda neoliberal, dando-lhe novo fôlego na América Latina para o projeto hegemônico dos EUA”.

Michel Temer e seus aliados lançou o programa “*Uma ponte para o futuro*”, que em linhas gerais se constitui, segundo Mancebo (2016, p. 880)

[...]um programa político-econômico que pretende aprofundar o papel do “Estado mínimo”, enxuto e supostamente eficiente; incrementar a participação da iniciativa privada; flexibilizar o mercado de trabalho e ampliar a concorrência internacional, abrindo de maneira escancarada as portas para a venda do patrimônio nacional.

Nesse contexto é importante destacar que no exame a atual conjuntura do ensino superior no Brasil se torna complexo, primeiro pela própria conjuntura política que o país

atravessa e segundo pela diversificação dos tipos institucionais e das modalidades do ensino superior. Conforme apresenta Mancebo (2017, p. 882) “ [...]deve-se afirmar que a natureza da ciência e da educação superior vem passando por profundas modificações, no contexto da mundialização do capital financeirizado [...]”. Ou seja, os programas, projetos e ações, relacionados a educação, que foram implementados no período pós-2003, estiveram interligados com os ajustes do processo de neoliberalização no Brasil, com foco nos interesses do capitalismo e dentro de um contexto que beneficia a mundialização do capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que este estudo possibilitou a compreensão das políticas públicas para o ensino superior sob o viés crítico, pois, partimos do esclarecimento sobre as relações sociais que configuram o Estado, mais especificamente ao tratar do Estado Burguês, na oferta de políticas sociais e pela consolidação de um projeto de sociedade pautado pelos ditames do capital. Demos luzes ao fato de que analisar políticas públicas requer compreendê-las não como fatos isolados, apenas em suas particularidades, mas, dentro de uma totalidade tendo em vista que Políticas Públicas representam o Estado em ação.

A expansão do ensino superior no Brasil se deu a partir de um decreto do governo Federal, dentro de um discurso de autonomia quanto a adesão ao projeto, no entanto, movimentos sociais e sindicatos reivindicaram que a proposta fosse debatida com a comunidade universitária e a sociedade, e alertaram que ao passo em que se deu a expansão, não se deu às condições orçamentárias necessárias para a construção de melhoria dentro das universidades, partindo do que estava exposto no Decreto 6.096: “condicionado à capacidade orçamentária e operacional do Ministério da Educação”.

Com tudo, o objetivo deste artigo foi analisar a realidade da expansão do ensino superior no governo de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff até o governo de Michel Temer. Destacamos que ao estudar políticas públicas é necessário romper com modelos positivistas, buscando entender a realidade multifacetada, revelando aspectos que nem sempre estão explícitos, para isso nos utilizamos da dialética como método de investigação.

O projeto de expansão das universidades no Brasil, ao tempo que oportunizou a entrada de diversos jovens e adultos nas universidades, não rompeu com a lógica privatista,

própria do projeto neoliberal de sociedade e nem possibilitou que a expansão garantisse as melhores condições materiais, foi uma expansão pautada numa concepção de educação gerencialista de administração escolar. Tal projeto educacional se configurou como ambivalente, que tende a se dissolver, cabendo à sociedade civil em geral ocupar os espaços de defesa do ensino superior público, gratuito e de qualidade para todos.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Nelson Cardoso. **Com a PEC 241/55 (EC 95) haverá prioridade para cumprir as metas do PNE (2014-2024)?** Revista Brasileira de Educação v. 22 n. 71 e227145 2017.

ALVES, G. **O golpe de 2016 no contexto da crise do capitalismo neoliberal.** 2016. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/06/08/o-golpe-de-2016-no-contexto-da-crise-do-capitalismo-neoliberal/>. Acesso em: 26 set. 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.128, de 28 de junho de 2005.** Dispõe sobre o Programa Universidade para Todos – PROUNI e altera o inciso I do art. 2º da Lei no 11.096, de 13 de janeiro de 2005.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. **Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI e dá outras providências.** Brasília, 2007.

BRASIL-MEC (s/d). **O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas.** Brasília, MEC.

BRASÍLIA. MEC. **Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>> Acesso em 28 março 2016.

CATANI, Afrânio Mendes; HEY, Ana Paula; GILIOLI, Renato de Sousa Porto. **PROUNI: democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior?*** Educar, Curitiba, n. 28, p. 125-140, 2006. Editora UFPR

DANTAS, Éder; SOUZA JÚNIOR, Luiz de. **Na contracorrente: A política do Governo Lula para a Educação Superior.** 2009. Disponível em <<http://www.anped11.uerj.br/32/gt11-5581--int.pdf>> Acesso 11 de abril 2016.

DIÓGENES, Elione Maria Nogueira. **Políticas Públicas de Educação: concepções e pesquisas.** Fortaleza: Edições UFC, 2014.

DIÓGENES, Elione Maria Nogueira. **Avaliação de políticas públicas de educação: (texturas e tessituras do programa mais educação).** 1 ed – Curitiba, PR: CRV, 2014

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Os Circuito da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI.** Conferência de Abertura da 33ª Reunião Anual da

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd). Caxambu-MG, 17 de outubro 2010.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica.** Florianópolis: Revista Katál. v. 10, n. especial, p. 37-45, 2007.

LÖWY, Michael. **Método político e método dialético.** Rio de Janeiro: Editora Paz e terra, 1975.

MACEDO, Joana, D'arc Ferreira de. Políticas Públicas de Educação: A hegemonia neoliberal. In: **Políticas Públicas e Estado Capitalista: diferentes olhares e discursos circulantes.** Maceió: Edufal. 2013.

MANCEBO, Deise; VALE, Andréa Araujo do; MARTINS, Tânia Barbosa. **Políticas de expansão da educação superior no Brasil 1995-2010.** Revista Brasileira de Educação v. 20 n. 60 jan.-mar. 2015

MANCEBO, D.; SILVA JÚNIOR, J.R.; SCHUGURENSKY, D. **A educação superior no Brasil diante da mundialização do capital.** Educar em Revista, v. 32, p. 205-225, 2016.

MANCEBO, Deise. Crise político-econômica no brasil: breve análise da educação superior. Educ. Soc., Campinas, v. 38, nº. 141, p.875-892, out./dez., 2017.

MICHELOTTO, R. M.; COELHO, R. H.; ZAINKO, M. A. S. **A política de expansão da educação superior e a proposta de reforma universitária do governo Lula.** Educar, Curitiba, n. 28, p. 179-198, 2006. Editora UFPR

NETO, Filinto Jorge Eisenbach; CAMPOS, Gabriela Ribeiro de. **O impacto do neoliberalismo na educação brasileira.** 2017 Disponível em <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/24420_12521.pdf> Acesso em 16 jun 2018.

SAVIANI, Dermeval. **Política e Educação no Brasil: o papel do congresso Nacional na Legislação do Ensino.** 6.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Demerval. **A Expansão do Ensino Superior no Brasil: Mudanças e Continuidades. Poiesis Pedagógica** –v.8, N.2 ago/dez. 2010; PP. 4-17. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/poiesis/article/view/14035>

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. **Política educacional.** Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SILVA JÚNIOR, J.R.; SCHUGURENSKY, D. **Refletindo sobre as razões da diversificação institucional das universidades estatais brasileiras.** Integración y conocimiento, Córdoba, n. 2, p. 33-48, 2014.

TRÓPIA, Patrícia Vieira. **A Política para o Ensino Superior do Governo Lula: uma análise crítica.** Cadernos da Pedagogia, ano 1, v. 2, ago./dez., 2007.